



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

ROCIO TAMARA MUÑOZ AGUIRRE¹

RESUMO

O artigo é fruto das reflexões provocadas pelo estágio docente do Doutorado em Política Social da UNB. Objetiva discorrer sobre a Formação em Serviço Social no Brasil, a trajetória histórica da Profissão, os distintos projetos de Formação, dilemas e desafios contemporâneos. Pesquisa de revisão bibliográfica, que reafirma a importância dos Fundamentos do Serviço Social e da interpretação da realidade brasileira em sua inserção dependente.

Palavras-chave: Formação em Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social; Projeto de Formação Profissional; Capitalismo dependente.

RESUMEN

El artículo es resultado de reflexiones provocadas por la pasantía docente del Doctorado en Política Social de la UNB. Tiene como objetivo discutir la Formación en Trabajo Social en Brasil, la trayectoria histórica de la Profesión, los diferentes proyectos de Formación, dilemas y desafíos contemporâneos. Investigación de revisión bibliográfica, que reafirma la importancia de los Fundamentos del Servicio Social y la interpretación de la realidad brasileña en su inserción dependiente.

Palabras clave: Formación en Trabajo Social; Fundamentos del Trabajo Social; Proyecto de Formación Profesional; Capitalismo dependiente.

¹ Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

O artigo é fruto dos debates e reflexões realizados durante a vivência do Estágio Docente no Doutorado do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília, (PPGPS/UNB), realizado na graduação em Serviço Social, na disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos 3. Tem como objetivo refletir sobre Formação Acadêmico-profissional em Serviço Social, abordando a trajetória histórica e a construção dos distintos projetos de formação profissional. Considerando que não é possível abordar a Formação sem discutir o trabalho profissional, apontar os avanços e recuos, deslocado da dinâmica da realidade social de um país como o Brasil, de capitalismo tardio, e inserção dependente.

A reflexão está organizada em três seções: 1) Na primeira são abordados os Fundamentos da Formação em Serviço Social partindo da análise histórica dos distintos projetos de formação profissional; 2) Na segunda seção, identificados dilemas na formação acadêmico-profissional decorrentes do Projeto de Formação de 1966 e das diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação em 2002, que expressam uma dualidade no perfil pretendido para os futuros assistentes sociais, e as supressões que impactam a formação crítica; 3) Na terceira seção são apresentados desafios postos para a formação e para o trabalho profissional, decorrentes desta dualidade entre as diretrizes de 1966 e as diretrizes do MEC em 2002, acentuados no neoliberalismo via expansão mercantilizada da educação superior.

A importância de reafirmar os fundamentos na formação acadêmico-profissional

A reflexão sobre a atualidade da Formação em serviço social é fundamental para poder dimensionar os dilemas e os desafios a enfrentar em uma conjuntura de adensamento da mercantilização do ensino superior, e com o crescimento exponencial dos cursos à distância – EAD. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao Censo do Ensino Superior de 2021, revelam que do total de Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no Brasil hoje, 87,9% se concentram no setor privado, e 12% no setor público (Brasil, 2021). A diferença em termos numéricos revela o retrato da educação superior no Brasil, à formação está majoritariamente acontecendo na esfera privada.

No que diz respeito aos cursos de Serviço Social, o último ENADE realizado em 2022 também demonstra que o setor privado apresenta o maior percentual, concentrando 244 dos 309



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cursos de Serviço Social avaliados, corresponde a 79,0% dos cursos. (Brasil, 2023). Concordamos com Guerra (2018) que a Formação deve ser situada nas contradições concretas que marcam a atual conjuntura, a qual é encoberta pela ideologia dominante e deslocada do centro para a periferia. Que o debate deve refletir a formação profissional, com coerência e consistência em suas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, e incorporar aquilo que Guerra (2018, p.26, grifo nosso) afirma ser fundamental *“identificar a linha de continuidade entre o surgimento do debate sobre os fundamentos e as condições do ensino na atualidade”*.

O serviço social é uma profissão reconhecida e inserida na divisão social e técnica do trabalho, e as transformações estruturais e dinâmicas ocorridas no modo de produção capitalista também incidirão sobre a profissão (Santos, 2003). Por isso, é indispensável apreender o significado sócio-histórico da profissão, as particularidades interventivas, a necessidade social da profissão, o trabalho profissional ético e político, assim como, os processos econômicos, políticos, sociais e culturais em suas contradições. O que implica pensar a profissão em seu processo de constituição e de desenvolvimento, mediante as exigências das transformações sócio-históricas, e a sua vinculação a diferentes projetos societários em disputa (Goin, 2019).

A partir da década de 1940, no Brasil, observa-se a preocupação com a dimensão técnica nos projetos profissionais, com a influência do serviço social norte-americano, que se fortalece entre as décadas de 1950 e 1960, pela influência das teorias Positivista e Funcionalista. A ênfase na técnica como um fim em si mesmo, assentada na racionalidade formal e abstrata, pretensamente neutra, que marca o tecnicismo no serviço social. Neste contexto, não há preocupação com os fundamentos e princípios ético-políticos que norteiam as ações. A razão de ser da profissão se apoia em ações fragmentadas, rotineiras e burocratizadas. Não rompe com a herança católica-européia, que influenciou a gênese do serviço social brasileiro, a formação é moral e técnica, onde a técnica está a serviço da doutrina (Santos, 2003).

A partir da década de 1960, o serviço social passa a repensar a sua formação e ação junto à realidade brasileira. Não é um movimento isolado, mas reflexo da conjuntura social, política e econômica da América Latina. Este processo de renovação é heterogêneo e contraditório no interior da categoria profissional, descrito como endógeno e exógeno à profissão, contrário a herança intelectual e cultural da profissão, acenando para novas concepções teóricas, ideológicas e políticas. Três direções são identificadas: 1) a perspectiva modernizadora; 2) a perspectiva de renovação do conservadorismo e 3) a perspectiva de intenção de ruptura (Santos, 2003). As duas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

primeiras direções não rompiam com as concepções herdadas do passado, a intenção de ruptura tentou romper, ao trazer para o debate a concepção marxista, assentada em uma racionalidade crítico reflexiva.

Simionatto (2018) assevera que é essencial compreender e reconhecer a importância da tradição marxista para o serviço social brasileiro, o que implica resgatar o processo histórico, identificar as condições objetivas e subjetivas mobilizadoras das escolhas e ações dos agentes profissionais, os vínculos teóricos e prático-políticos. Isto porque a renovação dos fundamentos está entrelaçada à dinâmica da realidade brasileira, estimulou os segmentos do espaço acadêmico e profissional na busca de novos referenciais para iluminar a ação profissional e a formação. A aproximação com a tradição marxista, de acordo com Simionatto (2018), se sintetiza em dois momentos: o primeiro entre o final dos anos 1970 até 1980, e o segundo de 1980 até os dias atuais. O ponto de partida é o Movimento de Reconceituação desencadeado na América Latina ocorrido entre 1965-1975, contraditório e heterogêneo, constitui o marco do rompimento com as premissas tradicionais influenciadas pelo serviço social norte-americano e, de afirmação de novas bases teóricas, éticas e políticas para a profissão.

O protagonismo da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1972-1975) inaugura uma forte crítica ao tradicionalismo profissional, a partir da construção de um projeto ancorado nos pressupostos marxistas, voltado para a formação acadêmico-profissional, conhecido como o Método de Belo Horizonte ou Método de BH marca a aproximação do serviço social brasileiro com as ideias de Marx, ainda que esta tenha sido uma aproximação enviesada² (Simionatto, 2018).

A conquista da maioria intelectual no serviço social em relação à aproximação ao pensamento de Marx, só é alcançada no início dos anos 1980, com as obras de Marilda Iamamoto: *Legitimidade e crise do serviço social* e *Relações sociais e serviço social no Brasil*. Trabalhos que consagram as discussões sobre Serviço social e as categorias fundantes do método de Marx: totalidade, particularidade, singularidade, historicidade, que permitem refletir a profissão em seu significado sócio-histórico, e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. O acesso às obras de Marx em suas fontes originais confere qualidade e da direção aos fundamentos teórico-metodológicos do serviço social nos anos 1980 (SIMIONATTO, 2018).

² A aproximação do marxismo sem Marx se refere à leitura de intérpretes/tradutores das obras, tendo em vista a dificuldade de acesso às obras originais em um contexto de Ditadura militar e da censura a determinadas obras, especialmente as relacionadas ao marxismo.

E este debate dos fundamentos do serviço social no Brasil, ganha centralidade em 1982, para Guerra (2018) este período é um *divisor de águas para a formação profissional*, e para a *fundamentação do projeto profissional crítico*. (pág. 27, grifo nosso). A necessidade de superar a visão tradicional: Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, expressa a tomada da direção intelectual e política em busca da ruptura com o conservadorismo (Cardoso, 2016). A preocupação com a capacitação teórica e metodológica avança no estudo do marxismo e na sua apreensão como fundamento para uma formação profissional de base crítica e de recusa ao conservadorismo, e se vincula aos interesses da classe trabalhadora (Simionatto, 2018). É certo que o currículo mínimo de 1982, representa avanços importantes no campo da formação e do trabalho, ao asseverar que a intervenção profissional deve ir para além do saber fazer, afiança a unidade entre teoria e prática, porém apresenta limites, na fragmentação das disciplinas: teoria, metodologia e história do serviço social (Duarte, 2019).

A partir da década 1990, o serviço social brasileiro adentra uma fase importante, por apresentar uma profunda e significativa produção acadêmica fundamentada no marxismo (Simionatto, 2018). Temos importantes conquistas no campo da profissão com a promulgação do Código de Ética do Serviço Social em 1993, importante instrumento de apoio e orientação para os profissionais. A Lei de Regulamentação da Profissão 8.662 em 1993, e em 1996, são aprovadas as novas diretrizes curriculares. A perspectiva de totalidade amplia a ideia de formação, ao pensá-la articulada a núcleos de fundamentação que devem se concretizar não apenas em disciplinas, mas estar vinculada a atividades, que contemplem diferentes formas de ensino e aprendizagem, e as potencialidades tanto do corpo discente quanto docente (Cardoso, 2016).

Entende-se que formação acadêmico-profissional deve permitir realizar as mediações necessárias entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do fazer profissional e na forma de construir conhecimento, demonstrando a sua vinculação à teoria social crítica de Marx. A direção social e política expressa pelos núcleos de fundamentação conferem centralidade à categoria trabalho, a apreensão do homem enquanto ser social, sendo o trabalho a categoria fundante de este ser. A questão social é entendida enquanto objeto de intervenção da profissão, para o qual, é essencial o desvelamento das relações antagônicas entre capital e trabalho na sociedade de classes. E a pesquisa e a ética, passam a ser pressupostos básicos, e de caráter transversal a todas as disciplinas e conteúdos, a formação profissional, portanto, consolida uma postura investigativa e ética (Cardoso, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O que se observa a partir do currículo de 1996 é a ruptura com a ideia de teoria, método e história como disciplinas separadas. A visão de totalidade e práxis reflete que este tripé não pode ser separado, pois formam uma unidade, e a realidade é a base para compreensão do processo histórico. As disciplinas de teoria, método e história são sintetizadas nas disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (Cardoso, 2016).

O projeto de formação profissional de 1996 é fruto de um significativo movimento de renovação da profissão, diante dos desafios postos pelas grandes transformações societárias iniciadas na década de 1970 nos países de capitalismo central, e que no Brasil, se intensificam a partir de 1990 (Simionatto, 2004). O Documento das Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS destaca doze princípios fundamentais, dentre os quais:

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; 2. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 3. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade (ABEPSS, 1996, p. 6).

Tais princípios implicam a capacitação teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa, portanto, aprofundar na formação:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 7).

O pressuposto central das diretrizes de 1996 é a permanente construção de conteúdos teórico-ético-políticos-culturais para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, alicerçados em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade. A efetivação do projeto de formação profissional se vincula a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de Fundamentação: teórico-metodológicos da vida social; da formação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos do trabalho, constitutivos da Formação Profissional (ABEPSS, 1996). Portanto, a Formação acadêmico-profissional em serviço social exige a constituição de um profissional com clara perspectiva crítica, ciente do processo histórico brasileiro e de suas relações com o capitalismo mundial, das particularidades assumidas pelas classes sociais no Brasil e pelo Estado (Ortiz, 2013).

É importante destacar que apesar dos avanços nas diretrizes curriculares de 1996, estas sofreram significativas supressões realizadas pela comissão de especialistas constituída pelo próprio Ministério da Educação - MEC, e geraram o que se denomina de diretrizes da ABEPSS, e Diretrizes do MEC. Uma vez que, importantes elementos foram excluídos da proposta original elaborada pela comissão de especialistas³ da área do Serviço Social, construída por um coletivo, através da realização de inúmeras oficinas locais, regionais e nacionais. Ao suprimir aspectos estratégicos e decisivos para a articulação das dimensões do serviço social, a tendência é de fragilizar o projeto de formação profissional e sua orgânica relação com o projeto ético político profissional.

É a partir destas supressões que devem ser refletidos os dilemas e os desafios postos para o serviço social na atualidade, considerando a disputa entre projetos societários e de formação distintos, observando o papel da educação superior no contexto da realidade brasileira, que estrutural e dinamicamente se insere no capitalismo mundial de forma periférica e dependente.

Os dilemas na Formação Acadêmico-Profissional

Os dilemas⁴ entrelaçam o campo da formação ao do trabalho profissional, uma vez que o perfil profissional pretendido é dual, contempla duas direções radicalmente opostas na formação, de um lado a direção social e política das diretrizes curriculares da ABEPSS aprovadas coletivamente em 1996, e de outro, as Diretrizes do MEC aprovadas formalmente em 2002, que definem:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com

³ Constituída à época pelas professoras Marilda Iamamoto, Maria Bernardete Martins Pinto Rodrigo e Mariangela Belfiori Wanderley (Ortiz, 2013).

⁴ Utiliza-se o termo dilema, por se referir a uma situação problemática, constituída por duas soluções que são contraditórias entre si, mas ambas aceitáveis.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999).

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002).

O perfil aprovado pelo MEC exclui o caráter generalista, desconsidera a intervenção profissional vinculada à atuação nas diversas expressões da questão social, e retira a criticidade em relação à realidade social, o profissional é visto como garantidor de políticas sociais, isto implica na desconsideração da historicidade e do significado da profissão em uma sociedade de classes que disputam projetos societários antagônicos (Ortiz, 2013).

E recoloca o profissional na condição apenas de executor em uma perspectiva conservadora e moralizante da profissão. É preciso considerar o rebatimento deste perfil na formação e no trabalho profissional, uma vez que, o Projeto de Formação construído coletivamente e defendido pelas entidades de representação da categoria profissional (ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social) não é exclusivo, e que a organização dos cursos permite a: “flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas e outros componentes curriculares” foi instituída pelo MEC (Resolução nº 15, de 13 de março de 2002).

Temos diferentes projetos de educação e de profissão em disputa, com diferenças radicalmente opostas, em termos teóricos e de distintas forças políticas que destoam quanto à concepção de profissão e perfil profissional. Quanto à legitimidade da profissão e ao seu significado sócio-histórico, a importância do conhecimento para a profissão, o lugar do estágio na formação e o tipo de supervisão que defende a centralidade ou descaso pela dimensão técnico-operativa, a importância e o lugar da ética e a formação de valores, o reconhecimento das atribuições privativas ou rechaço delas, entendidas como corporativismo e reserva de mercado, a centralidade ou lateralidade da pesquisa sobre o serviço social e a necessidade de estabelecer as mediações entre os diversos e diferentes objetos de pesquisa e o serviço social (Guerra, 2018).

É preciso formar assistentes sociais que possuam uma sólida fundamentação teórico-metodológica, que sejam capazes de interpretar a realidade na qual intervém, e desvelar as particularidades da profissão sem incorrer num endogenismo, encerrando a análise do serviço social em si próprio, a formação deve ir além, fornecer fundamentos para a intervenção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qualificada, produtora de conhecimentos socialmente relevantes, e na direção de um projeto de ruptura. Deve permitir construir respostas profissionais às atuais requisições institucionais das políticas e dos serviços sociais que implementam (Guerra, 2018).

A supressão realizada nas competências e habilidades no que se refere à “*apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade*” (ABEPSS, 1996, grifo nosso), ocasiona a desvinculação da profissão da esfera da investigação, do planejamento de políticas e serviços sociais, aponta para uma atuação meramente instrumental, de executor terminal, volta-se para orientação, sem direção social e política, desvincula-se de valores éticos progressistas, e incide na possibilidade de reatualizar o conservadorismo, de práticas pautadas no aconselhamento de grupos e indivíduos, que se limita a uma dimensão puramente técnico-operativa, a exemplo da defesa do serviço social clínico⁵, que reforça que a intervenção junto ao cliente/indivíduo seja pretensamente neutra, e que o pensar e agir planejado estejam voltados para a busca de uma melhor qualidade de vida, sem a pretensão de refletir a realidade.

Ao suprimir a incorporação da teoria marxiana enquanto princípio formativo das diretrizes curriculares, o projeto de formação profissional é atingido em sua direção social e política, atinge as concepções que permitem desvendar os traços que unem a trajetória dessa profissão ao conservadorismo. Ao suprimir a ética, enquanto princípio que perpassa toda a formação profissional impede que a formação seja capaz de incidir sobre a consciência dos futuros profissionais, que sejam capazes de se confrontar com a alienação cotidiana (Ortiz, 2013). Consequentemente, sem os fundamentos teóricos que permitam desvelar as condições objetivas e subjetivas presentes no cotidiano da realidade, não será possível realizar a crítica competente e qualificada à ordem burguesa estabelecida, e a formação se restringirá a manutenção da ordem (Ortiz, 2013). Defende-se que os fundamentos do serviço social são:

Elementos que alicerçam e assentam as bases da formação e do trabalho profissional ao longo da sua trajetória sócio-histórica e conferem configuração particular a profissão em face da processual e orgânica relação com a realidade, interpondo-lhe a necessária apropriação das matrizes de conhecimento social e do movimento da sociedade para prover direção social e política do trabalho profissional, seja por viés conservador, seja emancipatório (Goin, 2019, P.31).

⁵ Serviço Social Clínico proposto por Edson Marques ampara-se na concepção de Serviço Social da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais (FITS), em que o profissional focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia, na busca pelo bem-estar. Assim, o objeto da ação é o ser humano, e se desconsideram as contradições existentes na realidade dos indivíduos, em uma direção contrária à hegemônica no Serviço Social brasileiro, defendendo-se um retorno à essência da profissão construída há 100 anos, partindo das contribuições do Serviço Social norte-americano (Oliveira, 2017).

Yazbek (2018, p. 47, grifo nosso), ratifica que “os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o serviço social e a sociedade”. São os fundamentos que nos permitem observar como foram incorporadas pela profissão as matrizes de conhecimento do social na sociedade burguesa, constituída por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. É necessário criar condições para que os profissionais possam materializar em suas ações cotidianas, a criticidade com que analisam os fundamentos da sociedade burguesa, interpretando-a em todas as suas determinações e contradições. Uma vez que, a realidade é a matéria, a história é a substância, da qual se constitui a profissão, as contradições é o que mobiliza para identificar as situações que requisitam o trabalho profissional e modificar a realidade (Guerra, 2018).

Os desafios entrelaçados a Formação e ao Trabalho profissional

Os desafios a serem enfrentados pela profissão também dizem respeito à dimensão formativa do serviço social, e ao papel estratégico do estudo da realidade brasileira na formação sem dissociá-la da dimensão do trabalho. Inserem-se no âmbito das crises do capital, no decurso das contrarreformas do Estado, no campo dos direitos sociais, em particular do direito à educação superior. É preciso considerar que as crises estruturais do sistema capitalista, a partir da década de 1970, criaram novas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Que tem a sua origem na “estagnação e na crise do padrão de acumulação taylorista e fordista, que encontra suas determinações mais profundas na estrutura do sistema do capital” (Antunes, 2018). O capitalismo passa a ter novas demandas para a organização do Estado com o Consenso de Washington em 1989, a partir de preceitos neoliberais estabelecendo: as parcerias público-privadas; diminuindo a responsabilidade do Estado com políticas públicas e sociais; promovendo a mercadorização dos direitos sociais; e criminalizando os que lutam (Farage, 2021). Para Cantalice (2013), isto é resultado de um processo de adequação dos países da América Latina ao receituário neoliberal, que irá permitir no fim, o êxito do capital. Por se tratar de um projeto político da reengenharia do capital.

Para Duarte (2020), no caso do Brasil, tais reformas estruturais têm como alvo o ajuste da economia aos desígnios do projeto societário neoliberal. Porém, é preciso considerar que o modelo de projeto neoliberal que se desenvolve, a partir da década de 1980, determinado pelo neoliberalismo dos países centrais, seguindo as recomendações dos organismos internacionais.

Que carrega em sua base características específicas da formação social e econômica do país, “o que dá o tom do projeto neoliberal à brasileira” (Duarte, 2020, p. 34).

Para Behring (2008) os anos de 1980 são marcados pela revolução tecnológica e organizacional da produção, corrida tecnológica que visa a produtividade do trabalho, como fonte de superlucros. Enquanto, nos países centrais, os trabalhadores vivenciam maior estabilidade, perspectivas de promoção, bons salários diretos e indiretos, na periferia identificam-se dois grupos de trabalhadores: os empregados em tempo integral, menos especializados e que tendem a experimentar altas taxas de rotatividade e menos oportunidades; e os trabalhadores em tempo parcial, com contrato por tempo determinado e sem direitos, caracterizando-se como subcontratado.

No Brasil a partir da década de 1990, a lógica do projeto neoliberal se intensifica com o processo de precarização do trabalho, da terceirização, do subemprego, e da exploração dos trabalhadores, ao impactar diretamente nas condições de vida e nos direitos sociais. Farage (2021) afirma que decorre do contexto de crise internacional e estrutural do capital, e da crise do socialismo real. O que para Antunes (2018) representa o processo de reestruturação produtiva, que no Brasil, sucede em condições particulares em meio a elementos herdeiros do fordismo em vários ramos e setores produtivos, com mecanismos novos, próprios das formas de acumulação flexível. O avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, impulsionada por um pensamento pós-moderno que é esvaziado de criticidade, e se articula a lógica da financeirização da economia e a imposição das determinações econômicas dos organismos internacionais coloca a educação definitivamente na pauta do capitalismo monopolista.

Segundo Duarte (2020), o avanço do neoliberalismo no Brasil afeta diretamente o campo de garantia de direitos, na esteira da reorganização do capital em crise, que impõe limites às conquistas alcançadas com a Constituição de 1988, especialmente para a Educação, pela sua falta de materialização, enquanto direito social, e, conseqüentemente, do seu caráter de universalidade. Para Duarte (2020), tal fato representa uma incongruência, pois “em nenhum artigo do Capítulo III, seção I, destinados à educação, tem-se a garantia do ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis da educação, incluindo a superior, sob a responsabilidade do Estado” (Duarte, 2020, p. 32).

Não obstante, abre-se o caminho para a intensificação da livre iniciativa privada, posto que, no artigo 209, a Constituição assegura que: “o ensino é livre à iniciativa privada, sob a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

condição de que a rede privada de ensino esteja sujeita às diretrizes nacionais, propostas pelo Estado, para a política de educação” (Duarte, 2020, p. 320).

O que ocorre, de acordo com Silva (2010) é a defesa da educação enquanto mercadoria, que deve ser universalizada via mercado, entrando em conflito com a construção de uma educação pública. O alinhamento das instituições de ensino superior à dinâmica do mercado representa exigências do mercado no contexto neoliberal, que incidem sobre a educação superior, exigindo uma formação aligeirada, tecnicista voltada para atender as necessidades do mercado de trabalho, cabe aos profissionais darem respostas às demandas sociais do capital. Farage (2021) afirma que todos os governos brasileiros pós Constituição Federal de 1988, com intensidades e formas diferentes seguiram os caminhos do projeto mercantilizador da educação.

i) no repasse de verba pública para a expansão do ensino superior privado; ii) na privatização interna das instituições públicas de ensino; iii) na intensificação da venda de serviços por parte das instituições de ensino públicas; iv) no incentivo às parcerias público-privadas; v) na criação das fundações de direito privado no interior das instituições de ensino públicas; vi) na redução dos currículos da graduação, a partir das exigências do Ministério da Educação; vii) na redução do tempo destinado à formação no nível de pós-graduação nas instituições de ensino; viii) na terceirização no interior das instituições públicas de ensino; ix) na privatização interna das instituições; x) na expansão precarizada da educação superior pública, como forma de atender às exigências dos organismos internacionais de certificação de larga escala, sem preocupação com a qualidade; e xi) na certificação em larga escala, tendo na redução dos currículos e no ensino a distância suas estratégias centrais (Farage, 2021. P. 54).

Para Fernandes (1975a), todo processo econômico, seja ele comercial, financeiro ou industrial, sempre corresponde a um processo cultural condicionante ou consequente. A dependência, não é apenas econômica, mas também social e cultural. A partir disto a universidade, estrutural e dinamicamente se vincula a esta organização para estabelecer e expandir os vínculos da dependência. A dependência gera subdesenvolvimento social, cultural e político, e as transformações sucessivas do mercado e do sistema de produção permitem estruturas sócio-econômicas herdadas do passado com a formação de estruturas modernas, o que “a hegemonia burguesa busca acima de tudo salvaguardar seus privilégios econômicos, sociais e políticos” (Fernandes, 1975b, p. 108).

O Estado dependente em sua fase neoliberal atinge a educação a partir de sua concepção de sociedade assentada no livre mercado, em que a educação superior, é vista como nicho de mercado para a exploração por grandes grupos empresariais⁶ de capital aberto, e a política

⁶ Aqui dando destaque para os grandes conglomerados educacionais: Kroton; Cogna; Estácio; Ser Educacional; Anima; Cruzeiro do Sul, entre outros.

educacional passa a ser condicionada pela lógica dos organismos financeiros internacionais, através do apoio do Estado Nacional (Freitas, 2018).

Para Barroco (2011) ainda que às instituições de ensino, sejam responsáveis pela transmissão do conhecimento, estas tendem a se adequar à lógica do mercado, em empresas que vendem mercadorias, em que a força de trabalho de professores, é superexplorada e são desapropriados dos meios de seu trabalho, não dispendo de tempo para a pesquisa, para o estudo e para a construção do conhecimento como totalidade. O produto final dessa precarização em curso é o empobrecimento concreto na vida da juventude, que, uma vez profissionalizada, terá poucos recursos para realizar seus possíveis ideais, fragilizados pelas condições objetivas da sociabilidade burguesa.

Há uma estratégia por trás do argumento da democratização do acesso ao ensino⁷, que atende aos interesses do capital. Que está para além do aumento do número de matrículas na graduação no Ensino a distância (ainda que esta seja uma possibilidade de acesso ao ensino superior para muitos brasileiros), e da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. Para Farage (2021, p. 55) com a pandemia do covid 19, a implantação do Ensino Remoto Emergencial⁸ - ERE se constituiu em um “laboratório de experimentação”, que se vincula ao processo de contrarreforma da educação em curso no Brasil e na América Latina. Fruto de uma modalidade de trabalho docente que se adequa ao processo de reestruturação produtiva e de precarização do mundo do trabalho, que esvazia o sentido do fazer profissional dos professores universitários. É imperioso analisar as consequências do ERE, assim como, as ameaças postas na contrarreforma administrativa para o ensino superior público e seus impactos na Formação Profissional no Serviço Social. A ABEPSS (2021) por meio da pesquisa realizada sobre o ERE evidencia os prejuízos na formação em Serviço Social, indicando que no período pandêmico houve:

Perda do diálogo/ debate coletivo (75,3%); perda de espaços de mobilização coletiva (75,3%); perda de estratégias pedagógicas que ampliem interação docente/discente (70,1%); perda da interlocução teoria/prática (62,9%); falta de aprofundamento dos conteúdos das disciplinas (48,5%); redução do conteúdo programático (43,3%); aligeiramento da formação (36,1%). (ABEPSS, 2021, P. 43).

⁷ Expansão via incentivo público às instituições privadas: PROUNI; FIES.

⁸ Portaria n. 544 de 16 de junho de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em 07 de julho de 2023.

A ABEPSS (2021) defende que a lógica que sustenta as Diretrizes Curriculares de 1996, é intransponível ao ensino a distância, que a transposição mecânica de conteúdos formulados por uma lógica presencial se esvaziou no formato remoto emergencial, e comprometeu a qualidade da formação, que o ERE coaduna com o projeto de destruição da universidade, privatista, pragmático e mercantil. Portanto, qualquer alteração nos Projetos Pedagógicos dos cursos pode ser um caminho para o fortalecimento da lógica mercantil e para o rebaixamento da qualidade da formação profissional. Apesar de que, é preciso considerar que ensino EAD e Ensino remoto são modalidades de ensino distintas, que devem ser analisadas criticamente para identificar as determinações e contradições postas para o ensino superior no atual contexto de adensamento do processo mercantil.

Entende-se que as crises do capitalismo não são exceções, mas constitutivas de sua estrutura e dinâmica própria, que apresentam particularidades nos países de capitalismo dependente. Assim, refletir a realidade brasileira, e o capitalismo dependente, é um pressuposto eliminável da formação e do trabalho profissional. O que significa reafirmar a defesa dos Fundamentos do Serviço Social indispensáveis à formação e ao trabalho profissional para além do âmbito acadêmico, no conjunto da categoria profissional. Como afirma Bezerra (2019) compreender a história como processo e a centralidade assumida pela luta de classes, são fundamentais, é um mergulhar na história, para identificar os traços estruturantes da dependência sob a mediação das condições do tempo presente, pois o cenário atual radicaliza as determinações estruturais da formação social, econômica, política e cultural.

CONSIDERAÇÕES

Retomar o debate dos fundamentos do serviço social é imprescindível nos tempos atuais, de adensamento do processo de mercantilização do ensino superior, uma vez que, o impacto não é apenas na formação acadêmico-profissional, mas também no trabalho do assistente social. Percorrer a trajetória histórica do serviço social, identificar os avanços e as disputas entre projetos societários e de formação distintos, que marcaram o percurso até a construção do Projeto de Formação crítico e socialmente referenciado, possibilita reafirmar a importância do significado desta profissão e lugar da direção social e política na formação e no trabalho profissional. E reconhecer a contribuição da teoria marxista no processo de desvendamento da realidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileira, das suas contradições, e do tipo de capitalismo dependente aqui incorporado na inserção ao capitalismo mundial.

Concordamos com Fernandes (1975a) que para compreender o Ensino Superior no Brasil, é preciso considerar a sua formação social, política, econômica e cultural, que herdaram da estrutura colonial, senhorial e escravista, “níveis ínfimos de aspiração educacional, a propensão de bloquear a democratização do ensino e a concepção de Ensino Superior constitui um privilégio de elites das classes possuidoras” (Fernandes, 1975a, p. 72). Que a educação superior, “estrutural e dinamicamente se vincula à organização econômica, social e política de uma sociedade dependente, concorre para estabelecer e expandir os nexos de dependência ao nível da educação e da cultura” (Fernandes, 1975a, p. 84).

E reafirmamos quanto a Formação Acadêmico-Profissional, que o Projeto Ético Político de Formação Profissional do Serviço Social brasileiro entende a profissão no processo histórico e circunscreve o seu significado social e ideopolítico no âmbito das relações sociais entre as classes e suas frações e, destas, com o Estado (Abramides, 2019), representando a direção social e política da profissão. Sendo a partir desta direção sociopolítica, presente no projeto de formação, que se deve refletir a formação acadêmico-profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para os cursos de serviço social**. Rio de Janeiro, 1996.

ABEPSS. **A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília, 2021.

ABRAMIDES, Maria. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**. Ruptura como o Conservadorismo. São Paulo: Ed. Cortez, 2019.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEZERRA, Lucas; MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; CANTALICE, Luciana. Realidade brasileira e Serviço Social: formação e trabalho profissional em debate. In: **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. 1a ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019, p. 179-197.

BARROCO, Lucia. Barbárie e Neoconservadorismo. **Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Nº. 106**, p. 205-218, abr./jun. 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Superior 2021. Notas Estatísticas.** Instituto Anísio Teixeira, Brasília, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf Acesso em 01 de julho de 2023.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2022:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2022-notas-estatisticas> Acesso em: 15 de out. 2023.

CANTALICE, Luciana. **As inflexões do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social.** 2013, 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013, p. 24-82.

CARDOSO, Priscila. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. In: **Serviço Social e Sociedade. n. 127.** São Paulo: Cortez, p. 430-455, 2016.

DUARTE, Janaína. Potencialidade dos fundamentos para uma formação crítica do assistente social. In: **Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social e do 14º Encontro Nacional de Política Social.** Vitória: UFES, 2019, p. 1-15.

DUARTE, Janaína. **Educação superior e trabalho docente no serviço social:** processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências. Curitiba: Appris, 2020.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade Nº 140,** São Paulo, p. 48-65, jan./abr. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou revolução?** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975a.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975b.

FREITAS, Luis. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Ed. Expressão popular, 2018.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda [et. al.]. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-46.

GOIN, Marileia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais.** Campinas/SP: Papel Social, 2019, p.23-44.

MEC. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.** Resolução nº 15, de 13 de Março de 2002.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Texto digitado. Paraná, 2017.

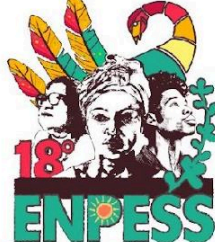
ORTIZ, Fátima Grave. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. (orgs). **Temas contemporâneos: o Serviço Social em foco**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 11-31.

SANTOS, Cláudia Mônica. As dimensões da Prática Profissional do Serviço Social. In: **Revista Libertas**. V. 3, n. 2. Juiz de Fora: UFJF, 2003, p. 23-42.

SILVA, Ricardo. A formação profissional crítica em serviço social inserida na ordem do capital monopolista. **Revista Serviço Social e Sociedade Nº 103**. Formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010. Pág. 405 – 432.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no serviço social. In: GUERRA, Yolanda [et. al.]. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018, p. 85-113.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda [et al.]. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas/SP: Papel Social, 2018. p.47-84.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**